ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

BRIGADA MILITAR

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA CTSP/2026

EDITAL Nº 06/2026 – DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

A Presidente da Comissão do Processo Seletivo do CTSP Substituta do Departamento de Educação e Cultura da Brigada Militar, no exercício de suas atribuições, juntamente com a Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências – FUNDATEC, **DIVULGAM** os Gabaritos Definitivos da Prova Teórico-Objetiva do Processo Seletivo de ingresso no **CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CTSP**, que habilita para promoção à graduação de 2º Sargento da Brigada Militar, conforme o Edital nº 01/CTSP/DE-DET/2026, publicado no Diário Oficial do Estado nº 208, de outubro de 2025.

1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DA PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

1.1. Foi realizada a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 14 a 20/01/2026, e justifica-se a manutenção ou alteração dos Gabaritos Preliminares da Prova Teórico-Objetiva no Anexo I deste Edital.

2. DOS GABARITOS DEFINITIVOS

2.1. Os Gabaritos Definitivos da Prova Teórico-Objetiva encontram-se no Anexo II deste edital.

3. DOS ANEXOS

3.1. É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares.

ANEXO II – Gabaritos Definitivos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2026.

ANDRESSA PRESTES STOLZ – Ten Cel Méd PM
Presidente da Comissão do Processo Seletivo do CTSP Substituta

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR

PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO TÉCNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CTSP/2026

ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

JUSTIFICATIVA PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DE GABARITOS PRELIMINARES

De acordo com o Edital Nº 01/CTSP/DE-DET/2026, que rege este Processo Seletivo, argumentações inconsistentes, extemporâneas, que estiverem fora das especificações estabelecidas para a interposição, que contiverem questionamentos de natureza administrativa (por exemplo, relacionados às normas previamente estipuladas em Edital) não obterão resposta da banca avaliadora e, por isso, não terão respostas publicadas na *Internet*. Não serão computadas as questões não assinaladas na grade de respostas, nem as que contiverem mais de uma *resposta,* emenda ou rasura, ainda que legível. Atualização das justificativas apresentadas, inclusão de justificativas e imagem das questões aplicadas.*

NÍVEL SUPERIOR

MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 01 – Em relação à organização do Estado, prevista na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) A faixa de até 250 km de largura ao longo das fronteiras terrestres, denominada "faixa de fronteira", é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
( ) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
( ) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) F – F – V.
B) F – V – V.
C) F – V – F.
D) V – F – V.
E) V – F – F.

QUESTÃO: 1 - MANTIDA alternativa 'B'. A alternativa correta é a **B) F – V – V.**
Abaixo, a fundamentação detalhada para cada item:
Análise das Assertivas
1. (F) A faixa de até duzentos e cinquenta quilômetros...
O erro é o limite de quilometragem. De acordo com o Art. 20, § 2º da CF/88:
"A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional..."
2. (V) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
Esta assertiva reproduz fielmente o Art. 19, inciso III da Constituição. É um desdobramento do **Princípio da Igualdade** e da unidade federativa, impedindo que um ente federado trate brasileiros de forma desigual com base em sua origem ou crie privilégios para determinados estados ou municípios.
3. (V) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
Correto, conforme o Art. 22, inciso XI. Por ser uma competência **privativa**, somente a União pode criar leis gerais sobre o tema (como o Código de Trânsito Brasileiro). Estados e Municípios podem apenas legislar sobre questões específicas se houver autorização por lei complementar ou se o tema for de interesse local (como itinerários de ônibus municipais), mas a regra geral é federal.
Municípios **não** participam da competência concorrente (Art. 24), mas possuem competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

QUESTÃO 02 – Considerando o que prevê a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul sobre a segurança pública, assinale a alternativa correta.

A) O policial civil e militar, o bombeiro militar e os servidores dos quadros do Instituto-Geral de Perícias e da Polícia Penal, quando feridos em serviço, não terão direito ao custeio integral, pelo Estado, das despesas médicas, hospitalares e de reabilitação para o exercício de atividades que lhes garantam a subsistência.
B) Os Municípios poderão constituir serviços civis e auxiliares de combate ao fogo, de prevenção de incêndios e de atividades de defesa civil.
C) Os serviços de trânsito de competência do Estado poderão ser realizados pelo Departamento Municipal de Trânsito, mediante aprovação da Câmara de Vereadores do Município responsável.
D) À Brigada Militar, dirigida pelo Comandante-Geral, oficial da ativa do quadro da Polícia Militar, do último posto da carreira, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, porém, não incumbe a polícia judiciária militar.
E) O ato de bravura não é objeto de promoção extraordinária do servidor integrante dos quadros da Polícia Civil, do Instituto-Geral de Perícias e da Polícia Penal.

QUESTÃO: 2 - MANTIDA alternativa 'B'. A alternativa correta é a B.
Análise das assertivas
B) Correta (Art. 128, II): A Constituição Estadual permite que os Municípios constituam serviços civis e auxiliares para combate ao fogo e defesa civil. Isso geralmente ocorre em cidades menores através de convênios com o Corpo de Bombeiros Militar ou mediante a criação de Corpos de Bombeiros Voluntários/Civis, sempre sob a coordenação da Defesa Civil.
A) Incorreta (Art. 127): O erro é dizer que eles **não** terão direito. A Constituição do RS garante expressamente o **custeio integral** pelo Estado das despesas médicas e de reabilitação para servidores da segurança feridos em serviço.
C) Incorreta (Art. 132): Os serviços de trânsito de competência do Estado são realizados pelo **DETRAN** (Departamento Estadual de Trânsito), e não por departamentos municipais. Os municípios cuidam apenas da circunscrição municipal.
D) Incorreta (Art. 129): A parte final está errada. À Brigada Militar **incumbe, sim, à polícia judiciária militar**, especificamente para apurar crimes militares cometidos por seus próprios integrantes, conforme previsto no Código de Processo Penal Militar.
E) Incorreta (Art. 127, parágrafo único): O ato de bravura **é**, sim, objeto de promoção extraordinária para esses servidores. É um reconhecimento legal ao risco de vida assumido além do dever funcional.

QUESTÃO 03 – Considerando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
B) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
C) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
D) Quando a lei admitir a liberdade provisória e apenas quando houver previsão de fiança, ninguém será levado à prisão ou nela mantido.
E) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

QUESTÃO: 3 - MANTIDA alternativa 'D'. A alternativa incorreta é a 'D', conforme segue:
A alternativa 'D' está incorreta porque restringe a liberdade provisória apenas aos casos em que houver previsão de fiança. De acordo com o Art. 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal de 1988:
"Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, **com ou sem fiança**."
O erro reside na palavra "somente", pois o ordenamento jurídico brasileiro permite que o juiz conceda a liberdade provisória sem a exigência de pagamento pecuniário (fiança), baseando-se em outros critérios e medidas cautelares.
Sobre as demais alternativas
A) Correta: Refere-se ao **Princípio da Legalidade e da Anterioridade Penal** (Art. 5º, XXXIX). É a base da segurança jurídica no Direito Penal.
B) Correta: Trata da **Irretroatividade da Lei Penal** (Art. 5º, XL). A lei nova só retroage para alcançar fatos passados se for mais benéfica ao acusado.
C) Correta: Garante o **Contraditório e a Ampla Defesa** (Art. 5º, LV), pilares do devido processo legal em qualquer esfera (judicial ou administrativa).
E) Correta: Estabelece o **Relaxamento da Prisão Ilegal** (Art. 5º, LXV). Se a prisão não cumpre os requisitos formais ou materiais da lei, o Judiciário tem o dever de interrompê-la imediatamente.

QUESTÃO 04 – Conforme a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
B) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
C) O Estado indenizará aquele que for condenado por erro judiciário, mas não aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
D) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

QUESTÃO: 4 - MANTIDA alternativa 'C'. A alternativa incorreta é a 'C', conforme segue:
O erro da alternativa 'C' está na segunda parte da frase. A Constituição Federal, no seu Artigo 5º, inciso LXXV, estabelece o dever de indenizar em **ambas** as situações, sem exceções:
"O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, **assim como** o que ficar preso além do tempo fixado na sentença."
Portanto, ao dizer que o Estado "não indenizará aquele que ficar preso além do tempo", a alternativa contraria diretamente o texto constitucional, que visa proteger o indivíduo contra abusos ou falhas do aparelho estatal.
Sobre as demais alternativas:
A) Correta: O racismo é um crime **imprescritível** (pode ser julgado a qualquer tempo) e **inafiançável** (não cabe pagamento para responder em liberdade), punido com reclusão.
B) Correta: Grupos armados que atentem contra a democracia também cometem crime **imprescritível** e **inafiançável**. São os dois únicos casos de imprescritibilidade na CF/88.

D) Correta: É o princípio da **personalização da pena** e da dignidade da pessoa humana, garantindo que o ambiente prisional respeite as condições específicas do apenado.
E) Correta: É um direito fundamental do preso saber exatamente quem efetuou sua detenção e quem o está interrogando, visando evitar abusos de autoridade e garantir a transparência.

QUESTÃO 05 – Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, analise a sentença abaixo:

São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário **(1ª parte)**. Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está a valorização do trabalho e da livre iniciativa **(2ª parte)**. Um dos princípios que rege as relações internacionais da República é o da prevalência dos direitos humanos **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 2ª parte.
C) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
D) Apenas a 1ª e a 3ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 5 - MANTIDA alternativa 'D'. A alternativa correta é a 'D', conforme segue:
Para resolver esta questão, é preciso distinguir os **Fundamentos** (Art. 1º), os **Poderes** (Art. 2º), os **Objetivos** (Art. 3º) e os **Princípios Internacionais** (Art. 4º).
PRIMEIRA PARTE (Correta): Reflete exatamente o texto do **Art. 2º** da CF/88. O Brasil adota a teoria da separação dos poderes, que devem atuar de forma independente (sem subordinação), mas harmônica (cooperando entre si).
SEGUNDA PARTE (Incorreta): A "valorização do trabalho e da livre iniciativa" **não é um objetivo**, mas sim um **Fundamento** da República (Art. 1º, inciso IV).
TERCEIRA PARTE (Correta): A "prevalência dos direitos humanos" é, de fato, um dos princípios que regem o Brasil em suas relações com outros países e organizações, conforme o **Art. 4º, inciso II**.

QUESTÃO 06 – As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Considerando o previsto na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.
II. Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
III. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, as forças auxiliares e a reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) Todas as assertivas estão incorretas.
C) Apenas a assertiva I está correta.
D) Apenas a assertiva II está correta.
E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

QUESTÃO: 6 - MANTIDA alternativa 'A'. A alternativa correta é a 'A', conforme segue:
Análise das Assertivas
Todas as afirmações refletem fielmente o texto da Constituição Federal de 1988:
I - Correta (Art. 142, § 2º): Existe uma limitação constitucional ao uso do *habeas corpus* para punições disciplinares militares.

A jurisprudência do STF esclarece que o Judiciário não pode analisar o **mérito** da punição (se foi justa ou não), mas pode, sim, analisar a **legalidade** do ato (se a autoridade era competente, se houve o devido processo, etc.).
II - Correta (Art. 144, § 5º): Define as atribuições clássicas da Segurança Pública Estadual. As PMs cuidam do policiamento ostensivo (fardado) e da ordem, enquanto os Bombeiros focam na defesa civil e outras tarefas legais.
III - Correta (Art. 144, § 6º): Estabelece a subordinação administrativa e operacional. PMs, Bombeiros, Polícias Civis e as recentes Polícias Penais estaduais/distritais respondem ao **Governador**. Além disso, reforça que os militares estaduais são forças auxiliares e reserva do **Exército**.

QUESTÃO 07 – Em relação à política penitenciária, disposta na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A política penitenciária do Estado, cujo objetivo é a reintegração social das pessoas presas, terá como uma de suas prioridades a geração de oportunidades de trabalho prisional, especialmente o remunerado.
II. Todo estabelecimento prisional destinado a mulheres terá, em local anexo e independente, creche atendida por pessoal especializado, para menores de até 8 anos de idade.
III. Na medida de suas possibilidades, a pessoa presa ressarcirá ao Estado as despesas decorrentes da execução da pena e da medida de segurança.

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) Todas as assertivas estão incorretas.
C) Apenas a assertiva I está correta.
D) Apenas a assertiva II está correta.
E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

QUESTÃO: 7 - MANTIDA alternativa 'E'. A alternativa correta é a ‘E’, conforme segue:
I – Verdadeira (Art. 137, V): A Constituição do RS define que a ressocialização deve ser o norte do sistema. O trabalho é visto não apenas como ocupação, mas como ferramenta de dignidade, priorizando-se o caráter remunerado para auxiliar na subsistência da família do preso e em sua futura reintegração.
II – Falsa (Art. 139): O erro está na **idade limite**. De acordo com o Artigo 139 da Constituição Estadual: "Todo estabelecimento prisional destinado a mulheres terá, em local anexo e independente, creche atendida por pessoal especializado, para menores de até **seis anos** de idade."
III – Verdadeira (Art. 137, § 2º): O texto constitucional prevê que, havendo condições financeiras (geralmente via pecúlio do trabalho prisional), o preso deve ressarcir o Estado pelos custos de sua manutenção. É uma norma que reforça a responsabilidade individual no cumprimento da pena.

QUESTÃO 08 – De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Conforme a referida Constituição, a segurança pública é exercida por diversos órgãos, entre eles:

I. Brigada Militar.
II. Polícia Civil.
III. Corpo de Bombeiros Militar.
IV. Polícia Penal.

Quais estão corretos?

A) Apenas I e II.
B) Apenas I e III.
C) Apenas II e IV.
D) Apenas I, III e IV.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO: 8 - MANTIDA alternativa 'E'. A alternativa correta é a ‘E’, conforme segue:
De acordo com o **Artigo 124 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, a segurança pública é exercida pelos seguintes órgãos:

Polícia Civil: Responsável pelas funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais (exceto militares).
Brigada Militar: Responsável pela polícia ostensiva, preservação da ordem pública e polícia judiciária militar.
Corpo de Bombeiros Militar: Responsável pela prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e atividades de defesa civil.
Instituto-Geral de Perícias (IGP): Responsável pelas perícias criminais (embora não citado na questão, faz parte do rol).
Polícia Penal: Responsável pela segurança dos estabelecimentos penais. Foi incluída formalmente no rol de órgãos de segurança pública pela **Emenda Constitucional nº 80/2020**.

MATÉRIA: DIREITO PENAL

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 09 – Com base no disposto na Lei nº 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha), analise as assertivas abaixo:

I. O juiz competente providenciará o registro das medidas protetivas de urgência, as quais deverão, logo após sua concessão, ser registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso instantâneo do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas.
II. As medidas protetivas de urgência poderão ser cumuladas com a sujeição do agressor à monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação.
III. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o delegado de polícia pode determinar que o agressor seja imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, desde que não exista juiz titular na comarca.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas III.
C) Apenas I e II.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 9 - MANTIDA alternativa 'C'. O conteúdo cobrado na questão está previsto no edital (Lei Maria da Penha). Ainda, não há ambiguidade na elaboração das assertivas, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.
A assertiva I está correta, conforme artigo 38-A da Lei Maria da Penha:

Art. 38-A. O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência.

Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, imediatamente registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso instantâneo do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas.

A assertiva II está correta, nos termos do artigo 22, §5º da Lei Maria da Penha:
Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

§ 5º Nos casos previstos neste artigo, a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação.

A assertiva III está incorreta. A competência legal para fixação da medida protetiva de afastamento do agressor do lar é da Autoridade Judiciária, vide artigo 12-C da Lei Maria da Penha. Isto é, pela regra geral, somente o Juiz pode determinar a medida.
Contudo, o referido artigo, de forma excepcional, confere ao Delegado de Polícia a prerrogativa de determinar o afastamento do agressor do lar somente quando o Município não for sede de comarca, tratando-se, portanto, de exceção à regra geral.
Nesse sentido, a inexistência de magistrado titular na comarca, o que não se confunde com a exceção prevista em lei (Município não for sede de comarca), não é hipótese legalmente prevista em lei apta a autorizar que o Delegado de Polícia determine o afastamento do agressor do lar, consoante previsão expressa do artigo 12-C, II, da Lei Maria da Penha:
Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:
II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca;

Assim, tratando-se de prova objetiva, não cabe ao candidato supor informações que não constam do enunciado da questão, ou, ainda, valer-se de interpretação extensiva da prova, devendo ater-se ao que consta da Lei e do enunciado da questão.

QUESTÃO 10 – Sobre o crime de tráfico de drogas, analise as assertivas abaixo:

I. É inviável a aplicação de pena de multa no crime de tráfico de drogas, uma vez que não há vítima determinada.
II. Aquele que adquire matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas responderá pelo delito de tráfico de drogas.
III. O agente que praticar o delito de tráfico de drogas nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares terá sua pena aumentada em no máximo 1/6.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas I e II.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'B'. O conteúdo cobrado na questão está expressamente previsto no edital do certame.

A assertiva I está incorreta, pois a pena de multa é de aplicação obrigatória, conforme previsão expressa do artigo 33 da Lei de Drogas, que diz que a pena será de 5 a 10 anos e multa. Veja-se, não se trata de uma pena ou outra, mas sim de duas penas a serem obrigatoriamente aplicadas pelo Juízo em casa de condenação.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

A assertiva II está correta, uma vez que as condutas definidas no art. 33, §1º, I, da Lei de Drogas, configuram o crime de tráfico de entorpecentes, já que previstas no bojo do mesmo artigo 33.

A opção do legislador em não incluir as condutas do parágrafo primeiro no caput do artigo 33 não tem o condão de descaracterizar a prática delituosa de tráfico de entorpecentes por parte de quem adquire, guarda ou tem em depósito matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas.
Nesse sentido, é correto afirmar que aquele que pratica alguma das condutas descritas no §1º, I, do artigo 33 da Lei de Drogas, responderá pelo delito de tráfico de drogas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:
I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

A assertiva III está incorreta, pois o aumento máximo previsto em lei nas situações descritas é de 2/3, conforme artigo 40, III, Lei de Drogas.

Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se:
III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos.

QUESTÃO 11 – Janaína, sob a influência do estado puerperal, mata seu próprio filho logo após o parto, ainda no hospital. Nesse caso, Janaína responderá pelo crime de:

A) Homicídio simples.
B) Homicídio privilegiado.
C) Homicídio qualificado.
D) Aborto.
E) Infanticídio.

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'E'. O conteúdo cobrado na questão está expressamente previsto no edital. Ainda, não há vícios ou erros no enunciado da questão, o qual descreve claramente a conduta típica do crime de infanticídio, conforme art. 123 do CP.

Infanticídio
Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:
Pena - detenção, de dois a seis anos.

QUESTÃO 12 – Analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) O enfermeiro que realiza um procedimento exclusivo de médico e, devido a isso, causa o óbito do paciente age de forma imperita e responderá por culpa, uma vez que não havia intenção de matar.
( ) O médico que, intencionalmente, executa um procedimento de forma errada e, com isso, provoca deformidade no paciente responderá por crime na forma dolosa.
( ) O enfermeiro que, sem qualquer intenção ou premeditação, administra um medicamento errado, por falta do devido cuidado e atenção ao prontuário médico e, com isso, causa o óbito do paciente responderá por homicídio doloso.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – V – F.
B) V – V – V.
C) F – V – V.
D) V – F – F.
E) F – F – V.

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, exigindo a correta distinção entre crime doloso e crime culposo, conforme previsto no artigo 18 do CP.

Art. 18 - Diz-se o crime:

Crime doloso

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

Crime culposo

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

A assertiva I é verdadeira, pois afirma que não havia intenção de matar no agir do enfermeiro. Nesse sentido, a realização de procedimento para o qual não detinha habilidade técnico-profissional, caracteriza um agir imperito do enfermeiro, o que conduz a sua responsabilização pelo resultado na forma culposa.

A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, exigindo a correta distinção pelo candidato entre dolo e culpa, conforme previsto no artigo 18 do CP, não sendo objeto da questão a distinção entre as modalidades da culpa (imprudência, negligência e imperícia).
Segundo artigo publicado no site do Ministério Público do Paraná, para que seja configurada a imperícia, *"é necessário constatar a* ***inaptidão, ignorância, falta de qualificação técnica, teórica ou prática*** *ou ausência de conhecimentos elementares e básicos para a ação realizada".*
https://mppr.mp.br/Noticia/Negligencia-Imprudencia-e-Impericia

A imperícia é frequentemente analisada no contexto de crimes culposos, onde a ausência de habilidade técnica pode constituir elemento que caracteriza a culpabilidade do agente em situações de homicídio culposo, por exemplo, em acidentes de trânsito envolvendo profissionais que não agem com a devida cautela.
Ademais, a verificação da modalidade da culpa sempre depende de elementos do caso concreto, o que descabe analisar com profundidade em sede de prova objetiva. Nesse sentido, a expressão "imperita" foi utilizada na questão no sentido de indicar que o profissional agiu sem aptidão técnica necessária e com falta de qualificação, pelo que responderá por culpa, uma vez que não havia intenção de matar.
Nesses termos, no contexto da questão, a assertiva I é verdadeira, pois afirma que não havia intenção de matar no agir do enfermeiro. Nesse sentido, a realização de procedimento para o qual não detinha habilidade técnico-profissional, caracteriza um agir culposo do enfermeiro, o que conduz a sua responsabilização pelo resultado na forma culposa e não dolosa.

A assertiva II é verdadeira, pois resta claro que havia intenção do médico em provocar o resultado danoso, o que conduz a sua responsabilização penal na forma dolosa.
A assertiva III está incorreta, pois consta expressamente da questão que não havia intenção ou premeditação do agente para com o resultado, não sendo possível, portanto, a sua responsabilização penal na forma dolosa, como afirma a assertiva, a qual descreve claramente um agir culposo.

QUESTÃO 13 – Mario decidiu matar João, seu colega de trabalho, que estava destacando-se mais do que ele perante a chefia. Para tanto, Mario armou uma tocaia e, ao ver João saindo do trabalho, disparou um único tiro contra ele, atingindo seu braço de raspão. Na mesma hora, Mario se arrependeu de sua atitude e correu para socorrê-lo, mesmo tendo a oportunidade de continuar a disparar, e levou-o ao hospital. João passou por exames médicos e saiu do hospital poucas horas depois, apenas com um pequeno curativo. Mario levou João para casa, além de pagar as contas no hospital e os medicamentos prescritos. João não percebeu que Mario havia disparado contra ele. Procedidas as investigações policiais, através de imagens de câmeras do local, chegou-se à identificação de Mario como sendo o atirador. Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que a conduta de Mario é classificada como:

A) Tentativa de homicídio.
B) Arrependimento eficaz.
C) Arrependimento posterior.
D) Desistência voluntária.
E) Crime preterdoloso.

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, bem como contém todas as informações necessárias à sua resolução, não cabendo supor informações não constantes do enunciado.

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

A questão afirma expressamente que Mário, após desferir o primeiro disparo contra a vítima, desistiu da empreitada criminosa, **mesmo tendo a oportunidade de continuar a disparar**. Nesse sentido, nos termos do artigo 15 do CP, resta clarividente a desistência voluntária da ação por parte do agente, não havendo que se falar em arrependimento eficaz, no caso, pois não houve o esgotamento dos meios executórios, já que a própria questão afirma, de forma expressa, que **Mário poderia continuar a disparar e, mesmo assim, decidiu parar,** restando evidente que se trata de aplicação do instituto da desistência voluntária.

Na desistência voluntária, o agente, embora tenha iniciado a execução, não a leva adiante, desistindo por vontade própria da realização típica. Para que ocorra a hipótese prevista no dispositivo, a desistência deve ser voluntária, ou seja, que o agente não tenha sido coagido, moral ou materialmente, à interrupção do *iter criminis*. No arrependimento eficaz, o agente esgota os meios de execução e, após isso, age para tentar evitar o resultado antes pretendido. No arrependimento eficaz, então, tem que se ter claro que não há mais margem alguma de ação, porque o processo de execução está encerrado, e o agente atua então para evitar a produção do resultado. (MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do CP - volume 1. 34ª ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 152).

QUESTÃO 14 – Relacione a Coluna 1 à Coluna 2, associando os tipos penais às suas respectivas definições.

Coluna 1

1. Prevaricação.
2. Concussão.
3. Advocacia administrativa.
4. Corrupção passiva.

Coluna 2

( ) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
( ) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
( ) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
( ) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) 1 – 2 – 3 – 4.
B) 2 – 3 – 1 – 4.
C) 3 – 2 – 4 – 1.
D) 4 – 1 – 2 – 3.
E) 1 – 4 – 3 – 2.

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'D'. Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

QUESTÃO 15 – Sobre o delito de homicídio, analise as assertivas abaixo:

I. Se o agente comete o homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida de injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
II. A motivação fútil qualifica o crime de homicídio.
III. Matar mulher por razões da condição do sexo feminino qualifica o delito de homicídio, impondo uma pena máxima de até 30 anos de reclusão.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital e apresenta todos os elementos necessários à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

A assertiva I está correta e reflete a literalidade do texto legal do art. 121, §1º, do CP:

Art. 121. Matar alguem:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

A assertiva II está correta, vide art. 121, §2º, II, do CP:

Homicídio qualificado

§ 2° Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo futil;

A assertiva III está incorreta, pois o feminicídio é considerado crime autônomo, com pena máxima de 40 anos de reclusão, e não mais qualificadora do delito de homicídio, conforme se observa da redação do art. 121-A do CP:

Art. 121-A. Matar mulher por razões da condição do sexo feminino

Pena – reclusão, de 20 (vinte) a 40 (quarenta) anos.

QUESTÃO 16 – José é casado com Alice e não suporta que sua esposa sequer converse com outro homem sem que ele esteja presente. Certa feita, enquanto Alice tomava banho, seu celular tocou, e José atendeu. Era Guilherme, um colega de trabalho de Alice, o qual precisava tirar uma dúvida sobre uma planilha. José ficou extremamente irritado com a ligação e, tão logo Alice saiu do banho, desferiu-lhe dois socos no rosto e um na barriga, o que fez com que ela caísse ao chão. José ainda a chutou diversas vezes enquanto ela estava caída ao chão. A situação somente foi contornada quando vizinhos interviram após ouvir os gritos de socorro da vítima. Alice registrou boletim de ocorrência, manifestando o desejo de representar criminalmente contra o marido. O auto de exame de corpo de delito atestou as lesões sofridas, não indicando, contudo, perigo de vida ou incapacidade para o trabalho. Sobre o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.

A) José responderá pelo crime de lesão corporal grave, já que envolve violência doméstica.
B) José não responderá por crime, ficando isento de pena, pois cometeu as agressões sob domínio de violenta emoção e paixão, o que exclui a culpabilidade de suas ações.
C) José responderá pelo crime de lesão corporal de natureza gravíssima.
D) José responderá pelo crime de maus tratos.
E) José responderá pelo crime de lesão corporal qualificada, já que cometida contra a mulher por razões de condições de sexo feminino.

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, bem como apresenta-se corretamente formulada, contendo todos os elementos necessárias à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação. Ainda, não cabe supor situações ou informações não constantes da questão, devendo-se atentar ao que está consignado na prova.

O caso hipotético apresentado descreve com clareza o tipo penal do artigo 129, §13º do CP – lesão corporal praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino – já que se trata de agressão praticada pelo marido em face da esposa, tendo por motivação os ciúmes e o sentimento de posse sobre a mulher. Não se trata de lesão corporal grave nem gravíssima, pois o próprio enunciado afirma de forma expressa que o auto de exame de corpo de delito não indicou perigo de vida ou incapacidade para o trabalho, conforme exigência da lei para a configuração destes tipos penais.

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2° Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incuravel;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3° Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quís o resultado, nem assumiu o risco de produzí-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Diminuição de pena

§ 4° Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Substituição da pena

§ 5° O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

Lesão corporal culposa

§ 6° Se a lesão é culposa: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Aumento de pena

§ 7º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

§ 8º - Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121.(Redação dada pela Lei nº 8.069, de 1990)

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. (Redação dada pela Lei nº 14.994, de 2024)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006)

§ 12. Aumenta-se a pena de: (Redação dada pela Lei nº 15.159, de 2025)

I - 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se a lesão dolosa for praticada: (Redação dada pela Lei nº 15.159, de 2025)

a) contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; (Incluído pela Lei nº 15.159, de 2025)

b) contra membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da Advocacia Pública, de que tratam os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, ou oficial de justiça, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição; ou (Incluído pela Lei nº 15.159, de 2025)

c) nas dependências de instituição de ensino; (Incluído pela Lei nº 15.159, de 2025)

II - 2/3 (dois terços) ao dobro se a lesão dolosa for praticada nas dependências de instituição de ensino e: (Redação dada pela Lei nº 15.159, de 2025)

a) a vítima for pessoa com deficiência ou com doença que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; ou (Incluído pela Lei nº 15.159, de 2025)

b) o autor for ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela ou, ainda, for professor ou funcionário da instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 15.159, de 2025)

§ 13. Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código: (Redação dada pela Lei nº 14.994, de 2024)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. (Redação dada pela Lei nº 14.994, de 2024)

MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL PENAL

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 17 – João, servidor público municipal de Porto Alegre, foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de corrupção. A denúncia foi recebida pelo Juízo, que determinou a citação do réu para apresentação de defesa. Em sua defesa, João sustentou a nulidade do feito, uma vez que não houve instauração de inquérito policial e investigação prévia, já que a denúncia se baseou em outros elementos de prova levados a conhecimento do Ministério Público de forma direta. No mérito, a defesa apresentou provas, as quais foram declaradas ilícitas pelo Juízo, que determinou o seu desentranhamento dos autos, já que foram produzidas de forma unilateral pela defesa do acusado sem a observância da devida cadeia de custódia. Quando interrogado em Juízo, o réu se valeu do direito constitucional ao silêncio. Considerando o caso hipotético acima descrito e o que está expresso no Código de Processo Penal Brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I. Não há nulidade no feito, já que o inquérito policial é dispensável, pois é de caráter informativo.
II. Provas ilícitas deverão ser admitidas quando favoráveis à defesa ou à acusação.
III. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas I e II.
D) Apenas I e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'D'. A assertiva I está correta, pois o IP possui natureza informativa, sendo dispensável para o oferecimento da denúncia criminal, conforme entendimento pacificado da doutrina e da jurisprudência. O próprio Supremo Tribunal Federal reconhece que a ação penal pode ser instaurada com base em outros elementos de informação idôneos, não havendo que se falar em nulidade pela ausência de inquérito policial.
O Ministério Público ou a vítima (em ações privadas) podem oferecer denúncia ou queixa-crime sem o inquérito, desde que já possuam elementos mínimos de autoria e materialidade (justa causa) obtidos por outros meio. O art. 39§ 5º, e o art. 27 do Código de Processo Penal (CPP) permitem que o Ministério Público promova a ação penal com base em documentos ou elementos obtidos sem inquérito.

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Art. 39. O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.

§ 5º O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

A assertiva II está incorreta, conforme expressamente disposto no art. 157 do CPP, uma vez que a acusação jamais poderá valer-se de provas ilícitas.

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

A assertiva III está correta, nos termos do artigo 198 do CPP. O texto legal do referido artigo, que diz que *"O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz",* não importa afronta ao parágrafo único do artigo 186 do CPP. Isso porque, o artigo 198 apenas refere que o silêncio do réu poderá servir de elemento para a formação do convencimento do juiz, em nada afirmando que o silêncio do acusado poderá ser utilizado em seu prejuízo, o que é vedado. Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consolida que o silêncio não serve para descredibilizar o acusado nem para confirmar a versão da acusação, sendo essenciais outras provas.

Portanto, o silêncio é uma estratégia de defesa e não pode, por si só, fundamentar uma condenação ou ser valorado negativamente pelo juiz.

QUESTÃO 18 – Considerando o previsto pelo Código de Processo Penal, analise a sentença abaixo:

As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente **(1ª parte)**. No caso de descumprimento das medidas cautelares impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação ou decretar a prisão preventiva do agente **(2ª parte)**. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 2ª parte.
C) Apenas a 3ª parte.
D) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão aborda conteúdo previsto de forma expressa no edital, bem como apresenta todos os elementos necessários à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da questão. Ademais, não cabe suposição de fatos ou informações não consignados no enunciado, devendo-se limitar ao que está exposto na prova. Nesse sentido, tem-se que:

A 1ª parte está correta, conforme art. 282, §1º, CPP.

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

§ 1o As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

A 2ª parte está correta, visto que reflete a literalidade do texto do art. 282, §4º, CPP:

§ 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código.

A 3ª parte está correta, pois traduz o disposto no art. 283, CPP:

Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado.

QUESTÃO 19 – A prova testemunhal é de extrema importância na instrução da ação penal. Em relação a esse meio de prova, assinale a alternativa correta.

A) O depoimento será prestado oralmente, em regra, sendo, contudo, permitido à testemunha trazê-lo por escrito quando não puder comparecer em Juízo por motivo relevante.
B) O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
C) O juiz não poderá ouvir outras testemunhas que não forem indicadas pelas partes.
D) As partes dirigirão suas perguntas ao juiz, o qual, admitindo o questionamento, irá repassá-lo à testemunha, sendo vedada a interação direta entre as partes e a testemunha.
E) Testemunhas informantes devem prestar compromisso de dizer a verdade.

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão aborda conteúdo previsto no edital e apresenta todos os elementos necessários à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova. Ademais,

tratando-se de prova objetiva, com alternativas de múltipla escolha, deve o candidato ater-se ao que consta em seu enunciado.

A alternativa correta é a letra 'B', a qual encontra respaldo no texto do artigo 213 do CPP:
Art. 213. O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

A alternativa 'A' está incorreta, pois o artigo 204 do CPP não permite a apresentação de depoimento escrito pela testemunha:
Art. 204. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

A letra 'C' está incorreta, por força do disposto no artigo 209 do CPP.
Art. 209. O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.

A letra 'D' está incorreta, pois o artigo 212 do CPP estabelece que as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, cabendo ao Juiz vetar as perguntas repetitivas, bem como as que não tenham relação com a causa, ou, ainda, aquelas que possam induzir a resposta:
Art. 212. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

A letra 'E' está incorreta, pois os informantes estão dispensados de prestar compromisso de dizer a verdade, vide artigos 203, 206 e 208 do CPP:
Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Art. 206. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

Art. 208. Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.

QUESTÃO 20 – Maria foi presa em flagrante pelo cometimento do delito de tráfico de drogas quando tentava cruzar a divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O caso ocorreu quando, em uma abordagem de rotina para verificação de itens de segurança do veículo, a polícia rodoviária encontrou 5 kg de cocaína escondidos em um fundo falso no porta-malas do seu veículo. Em audiência de custódia, o Ministério Público manifestou-se pela concessão de liberdade provisória mediante imposição de cautelares diversas, já que se tratava de ré primária. O Juízo, por sua vez, entendeu pela decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública, dada a quantidade expressiva de droga apreendida. Com base no disposto no Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo:

I. Uma vez justificada a necessidade da prisão, é permitido ao juiz decretá-la de ofício, ainda que o Ministério Público tenha se manifestado pela liberdade.
II. A decretação da prisão preventiva no caso é ilegal, pois somente é cabível no curso da ação penal, já que a fase pré-processual de investigação admite tão somente a prisão temporária.
III. É dever da autoridade que decretou a prisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, independentemente de provocação das partes.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas I e II.
E) Apenas II e III.

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'C'. A assertiva I está incorreta, pois, segundo o artigo 311 do CPP, a prisão preventiva não pode ser decreta de ofício, salvo as exceções expressamente previstas em lei, o que não é o caso da questão.

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

A assertiva II está incorreta, uma vez que a prisão preventiva cabe em qualquer fase da investigação ou da ação penal, vide art. 311 do CPP.

Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

A assertiva III está correta, pois reflete o disposto no parágrafo único do artigo 316 do CPP, o qual estabelece que deverá o órgão emissor da decisão de prisão, revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, independentemente de provação das partes, mediante decisão fundamentada. Tal previsão legal, contudo, não afronta, tampouco contradiz o entendimento jurisprudencial consolidado de que a ausência de revisão da prisão pelo Juiz no prazo de 90 dias não torna a prisão automaticamente ilegal. Em resumo, significa dizer que o fato de a prisão não se tornar automaticamente ilegal por ausência de revisão no prazo legal, não desobriga o Juiz a revisá-la, conforme determina a lei.

Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

QUESTÃO 21 – Com base no previsto pelo Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo:

I. O auto de prisão em flagrante deverá ser remetido à autoridade judiciária em até 48 horas após a realização da prisão.
II. A nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas, deve ser entregue ao preso em até 24 horas após a realização da prisão.
III. Nos casos de prisão em flagrante, a realização da audiência de custódia é obrigatória. Na referida audiência, a autoridade judiciária deverá, de forma fundamentada, relaxar a prisão, caso seja ilegal; converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos legais; ou, ainda, conceder a liberdade provisória, caso seja cabível.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas III.
C) Apenas I e II.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, bem como apresenta todos os elementos necessários à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

A assertiva I está incorreta, pois o envio do APF deve ser feito em até 24h da prisão, vide art. 306, §1º, CPP.

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

A assertiva II está correta, conforme texto do art. 306, §2º, CPP.

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

A assertiva III está correta e reflete a literalidade ao art. 310, incisos I, II e III, todos do CPP.

Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298)
I - relaxar a prisão ilegal; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).
II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).
III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

QUESTÃO 22 – Analise a sentença abaixo:

Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte **(1ª parte)**. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, ressalvadas as exceções expressamente previstas em lei **(2ª parte)**. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior, o qual realizará a perícia e elaborará o respectivo laudo respondendo aos quesitos das partes e do Juízo. Apresentado o laudo, o juiz não ficará adstrito a este, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 2ª parte.
C) Apenas a 3ª parte.
D) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital e apresenta os elementos necessários à sua resolução.

A 1ª parte está correta e reflete o texto legal do art. 158-A do CPP.

Art. 158-A. Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.

A 2ª parte está correta, pois sempre que o crime deixar vestígios deverá ser procedida a realização do exame de corpo de delito. Contudo, excepcionalmente, o CPP prevê, em seu artigo 167, que, quando os vestígios houverem desaparecido, independentemente do motivo, a prova testemunhal poderá suprir a falta do exame de corpo de delito.

Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

A 3ª parte está correta, uma vez que a legislação prevê que tanto as partes como o Juízo podem apresentar quesitos a serem respondidos pelo perito. Ademais, o laudo pericial, nos termos do artigo 182 do CPP, o juiz não ficará adstrito ao laudo apresentado nos autos pelo perito, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

QUESTÃO 23 – Rogério foi preso em flagrante delito pela prática do crime de homicídio, pois, em uma briga motivada pela cobrança de uma dívida, desferiu três golpes de machado em Pedro, que veio a óbito no local. Em audiência de custódia, o flagrante foi homologado, e a prisão foi convertida em preventiva para garantia da ordem pública, já que Rogério é reincidente na prática de delitos. Nesse sentido, tratando-se de réu preso, nos termos do Código de Processo Penal, a autoridade policial deverá encerrar o inquérito policial no prazo de quantos dias?

A) 10.
B) 15.
C) 20.
D) 30.
E) 45.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'A'. O gabarito deve ser mantido na letra ‘A’, uma vez que, nos termos do art. 10 do CPP, tratando-se de réu preso, o IP deverá ser encerrado no prazo de 10 dias.

Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

QUESTÃO 24 – A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I. Extremamente debilitado por motivo de doença grave.
II. Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 anos de idade ou com deficiência.
III. Gestante ou mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa ou, ainda, contra seu filho ou dependente.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital e apresenta todos os elementos necessários à sua resolução, não cabendo interpretação extensiva para além do que está posto no enunciado e nas assertivas. Nesse sentido, tem-se que:

A assertiva I é correta, pois reflete a literalidade do inciso II do art. 318 do CPP.

> Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
> **II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;**

A assertiva II é correta, visto que traduz o texto do inciso III do art. 318 do CPP.

> Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

A assertiva III também está correta, forte no disposto nos incisos IV e V do artigo 318 do CPP, o qual deve ser lido de forma conjunta com o artigo 318-A, também do CPP, que exige, para a concessão de prisão domiciliar nessas hipóteses, que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça a pessoa ou, ainda, contra seu filho ou dependente.

> Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
> IV - gestante;
> V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:
I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;
II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

MATÉRIA: DIREITO PENAL MILITAR

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 25 – Joaquim e João, policiais militares, foram designados para a guarda do quartel em turno de 24 horas. Após 6 horas de serviço, o comandante da guarnição, seu superior hierárquico, determinou que Joaquim saísse do posto para realizar a entrega de um documento sigiloso na sede do governo do Estado. No caminho, Joaquim encontrou Flávia, sua ex-namorada, a qual não via há muitos anos. Ela o convidou para um café, tendo ele resistido, de início, mas aceitado o convite após a insistência de Flávia. O encontro alongou-se, quando Joaquim percebeu, não havia mais tempo hábil para entregar o documento, conforme determinado. Ele voltou ao posto da guarda para encontrar João, que, por sua vez, estava muito revoltado com o abandono de posto por parte de Joaquim por longo período. Faltando três horas para o final do turno, querendo compensar o fato de ter deixado João sozinho na guarda por muito tempo, Joaquim disse que ele poderia sair mais cedo e que lhe cobriria. Inicialmente João resistiu, mas, após insistência de Joaquim, deixou o posto, indo embora antes do final do turno. Perto do final do turno, o comandante foi ao posto para verificar se o documento havia sido entregue. Sobre o caso hipotético apresentado, analise as assertivas abaixo:

I. Ao constatar que o documento não foi entregue, o comandante poderá proceder com a prisão em flagrante de Joaquim pelo crime de descumprimento de missão.
II. Ao constatar que João não está no posto, o comandante poderá ordenar a sua custódia pelo delito de abandono de posto.
III. Por ter induzido João a sair do posto, Joaquim deverá obrigatoriamente ser expulso da corporação.

Quais estão corretas?

A) Apenas III.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'B'. A assertiva I está correta, com base no artigo 196 do CPM:

Descumprimento de missão

Art. 196. Deixar o militar de desempenhar a missão que lhe foi confiada:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Se é oficial o agente, a pena é aumentada de um têrço.

§ 2º Se o agente exercia função de comando, a pena é aumentada de metade.

A assertiva II está correta, com base no artigo 195 do CPM:

Abandono de pôsto

Art. 195. Abandonar, sem ordem superior, o pôsto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

A assertiva III está incorreta pois não previsão legal de expulsão obrigatória em decorrência da conduta descrita.

QUESTÃO 26 – Em relação à suspensão condicional da pena, conforme disposto pelo Código Penal Militar, analise as assertivas abaixo:

I. Atendidos os requisitos legais, a execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 anos pode ser suspensa por 3 a 5 anos, no caso de pena de reclusão, e por 2 a 4 anos, no caso de pena de detenção.
II. A suspensão da pena será revogada obrigatoriamente se, no curso do prazo da suspensão, o beneficiário for condenado por crime doloso, na Justiça Militar ou na Justiça Comum, por sentença irrecorrível.
III. A suspensão da pena poderá ser revogada se o condenado militar for punido por infração disciplinar considerada grave.
IV. A suspensão condicional da pena não se aplica ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e II.
B) Apenas II e IV.
C) Apenas III e IV.
D) Apenas I, II e III.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'E'. O gabarito deve ser mantido. A questão apresenta todos os elementos de informação necessários à sua resolução.

A assertiva I está correta, conforme artigo 84 do CPM:

Art. 84. A execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos pode ser suspensa por 3 (três) a 5 (cinco) anos, no caso de pena de reclusão, e por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, no caso de pena de detenção, desde que:

A assertiva II está correta, com base no disposto no inciso I do artigo 86 do CPM:

Art. 86. A suspensão é revogada se, no curso do prazo, o beneficiário:

I – é condenado por crime doloso, na Justiça Militar ou na Justiça Comum, por sentença irrecorrível;

A assertiva III está correta, vide o disposto no §1º do artigo 86 do CPM.

Revogação facultativa

§ 1º A suspensão também pode ser revogada se o condenado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou, se militar, for punido por infração disciplinar considerada grave.

A assertiva IV está correta, conforme expressamente previsto no inciso I do artigo 88 do CPM.

Art. 88. A suspensão condicional da pena não se aplica:

I - ao condenado por crime cometido em tempo de guerra.

QUESTÃO 27 – José, João e Paulo, policiais militares do Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se para uma ação militar, desobedecendo uma ordem superior. O fato ocorreu dentro de um quartel, tendo os agentes agido com dolo e munidos de arma de fogo. Com base nas disposições do Código Penal Militar, é correto afirmar que eles responderão pelo crime de

A) motim.
B) revolta.
C) omissão de lealdade militar.
D) incitamento.
E) insubmissão.

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'B'. O gabarito deve ser mantido. O enunciado da questão descreve a conduta típica do crime de revolta, já que os agentes estavam armados, conforme previsto no art. 149, parágrafo único, do CPM. A revolta diferencia-se do motim pelo emprego de arma de fogo.

Art. 149. Reunirem-se militares:

I - agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la;

II - recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência;

III - assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior;

IV - ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer dêles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar:

Pena - reclusão, de quatro a oito anos, com aumento de um têrço para os cabeças.

Revolta

Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:

Pena - reclusão, de oito a vinte anos, com aumento de um têrço para os cabeças.

QUESTÃO 28 – Conforme disposto no Código Penal Militar, analise a sentença abaixo:

Considera-se crime de genocídio matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de sua destruição total ou parcial **(1ª parte)**. Considera-se crime de maus tratos expor a perigo a vida ou saúde, em lugar sujeito à administração militar ou no exercício de função militar, de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para o fim de educação, instrução, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalhos excessivos ou inadequados, quer abusando de meios de correção ou disciplina **(2ª parte)**. Considera-se crime de injúria a imputação falsa de fato definido como crime **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 2ª parte.
C) Apenas a 3ª parte.
D) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'D'. O gabarito deve ser mantido.
A 1ª parte da sentença está correta e reflete a conduta típica do art. 208 CPM (genocídio).

Genocídio

Art. 208. Matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial dêsse grupo:

Pena - reclusão, de quinze a trinta anos.

A 2ª parte da sentença está correta e descreve a conduta penal tipificada no art. 213 CPM (maus-tratos).

Maus tratos

Art. 213. Expor a perigo a vida ou saúde, em lugar sujeito à administração militar ou no exercício de função militar, de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para o fim de educação, instrução, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalhos excessivos ou inadequados, quer abusando de meios de correção ou disciplina:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

A 3ª parte da sentença está incorreta, pois apresenta a descrição típica do crime de calúnia e não injúria, conforme art. 214, CPM.

Calúnia

Art. 214. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

QUESTÃO 29 – Conforme o artigo 203 do Código Penal Militar, dormir o militar, quando em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante é considerado:

A) Crime, punido com detenção.
B) Crime, punido com reclusão.
C) Infração administrativa, punida com prisão simples e isolamento por período não inferior a 30 dias.
D) Falta disciplinar, punida com impedimento de progressão na carreira pelo período de 5 anos.
E) Contravenção penal, punida com isolamento por período não superior a 30 dias.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão apresenta todos os elementos de informação necessários à sua resolução, não cabendo ao candidato, em prova de caráter objetivo, supor situações ou informações não constantes do enunciado, devendo-se limitar ao que consta da prova. Ademais, o próprio enunciado da questão menciona o artigo 203 do CPM, o qual define a conduta descrita no enunciado como crime.

Dormir em serviço

Art. 203. Dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

QUESTÃO 30 – Conforme disposto no Código Penal Militar, analise as assertivas abaixo:

I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
II. A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, à exceção de casos em que já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.
III. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'C'. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, bem como apresenta todos os elementos de informação necessários à sua resolução. Ademais, a correta interpretação da questão é parte integrante da prova.

A assertiva I está correta, com base no disposto no artigo 2º do CPM.

Art. 2º Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

A assertiva II está incorreta, pois a lei posterior mais benéfica se aplica inclusive após o trânsito em julgado da sentença condenatória, vide o disposto no §1º do artigo 2º do CPM.

Retroatividade de lei mais benigna

§ 1º A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

A assertiva III está correta, conforme artigo 5º do CPM.

Tempo do crime

Art. 5º Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

QUESTÃO 31 – Conforme disposto no Código Penal Militar, na análise do livramento condicional, se o condenado é primário e menor de 21 ou maior de 70 anos, o tempo de cumprimento da pena para a concessão da benesse pode ser reduzido

A) pela metade.
B) a um sexto.
C) a um quinto.
D) a dois terços.
E) a um terço.

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'E'. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital e apresenta os elementos necessários à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova. O fundamento legal da resposta indicada encontra respaldo no artigo 89, §2º, do CPM.

Art. 89. O condenado a pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que:

(…)

Condenação de menor de 21 ou maior de 70 anos

§ 2º Se o condenado é primário e menor de vinte e um ou maior de setenta anos, **o tempo de cumprimento da pena pode ser reduzido a um terço.**

QUESTÃO 32 – Ao acabar seu turno, Eduardo subtraiu a chave de uma viatura militar, usando o veículo para sair da unidade e ir até sua casa, onde permaneceu por algumas horas e depois retornou ao quartel, oportunidade em que devolveu a viatura nas mesmas condições em que a encontrou. A utilização do veículo se deu sem autorização ou justificativa prévia. Conforme disposto no Código Penal Militar, tal conduta configura crime de

A) furto simples.
B) furto qualificado.
C) furto de uso.
D) furto atenuado.
E) roubo simples.

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'C'. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova, a partir dos dados e informações lançados no enunciado e nas alternativas da questão. O caso hipotético apresentado no enunciado reflete a conduta típica do crime de furto de uso, conforme previsto no a**rt. 241 do CPM.**

Furto de uso

Art. 241. Se a coisa é subtraída para o fim de uso momentâneo e, a seguir, vem a ser imediatamente restituída ou reposta no lugar onde se achava:

Pena - detenção, até seis meses.

MATÉRIA: DIREITO PROCESSUAL MILITAR

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 33 – Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar, analise a sentença abaixo:

No inquérito policial militar, as testemunhas e o indiciado deverão ser ouvidos, em regra, durante o dia, no período compreendido entre 7 e 18 horas **(1ª parte)**. Em caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, as oitivas poderão ser realizadas à noite **(2ª parte)**. A testemunha não será inquirida por mais de 2 horas consecutivas **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 2ª parte.
C) Apenas a 3ª parte.
D) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'D'. O gabarito deve ser mantido.
A 1ª parte da sentença está correta, pois reflete o previsto no artigo 19 do CPPM.

Inquirição durante o dia

Art. 19. As testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeie entre as sete e as dezoito horas.

A 2ª parte da sentença está correta, também com base no disposto no artigo 19 do CPPM, o qual define o horário das 7 às 18h como período diurno, sendo essa a regra geral para a oitiva do indiciado e das testemunhas. Nesse sentido, por consequência lógica, a oitiva realizada fora desse intervalo de tempo definido pela lei, será realizada, de forma excepcional, em período noturno, ainda que a lei não utilize a expressão "noite".

A 3ª parte da sentença está incorreta, pois a lei fala em 4h consecutivas, vide artigo 19, §2º, do CPPM.

Inquirição. Limite de tempo

§ 2º **A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas**, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele têrmo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.

QUESTÃO 34 – Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar, analise a sentença abaixo:

O inquérito policial militar é iniciado mediante Portaria **(1ª parte)**. O Ministério Público tem a prerrogativa legal de requisitar a instalação de inquérito policial militar **(2ª parte)**. Se, no curso do inquérito policial militar, o seu encarregado verificar a existência de indícios contra oficial de posto superior ao seu, ou mais antigo, tomará as providências necessárias para que as suas funções sejam delegadas a outro oficial **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 2ª parte.
C) Apenas a 3ª parte.
D) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'E'. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, bem como apresenta todos os elementos necessários à sua resolução.

A 1ª parte da sentença está correta, vide artigo 10, caput, do CPPM.

Art. 10. O inquérito é iniciado mediante portaria:

A 2ª parte da sentença também está correta, conforme disposto na letra C, do artigo 10, do CPPM. A utilização da palavra "instalação" como sinônimo da palavra "instauração" não compromete em nada o sentido da assertiva, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

Assim estabelece o artigo 10, C, do CPPM:

Art. 10. O inquérito é iniciado mediante portaria:
(...)
c) em virtude de requisição do Ministério Público;

Nestes termos, a 2ª parte da sentença está correta, conforme disposto na letra C, do artigo 10, do CPPM.
A utilização da palavra "instalação" como sinônimo da palavra "instauração" não compromete em nada o sentido da assertiva, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.
Ademais, a própria lei não utiliza a palavra “instauração”, já que fala que o “inquérito será iniciado em virtude de requisição do Ministério Público”.

A 3ª parte da sentença reflete a literalidade do §5º, do artigo 10 do CPPM, motivo pelo qual também se apresenta como correta.

Art. 10. O inquérito é iniciado mediante portaria:
Indícios contra oficial de pôsto superior ou mais antigo no curso do inquérito
§ 5º Se, no curso do inquérito, o seu encarregado verificar a existência de indícios contra oficial de pôsto superior ao seu, ou mais antigo, tomará as providências necessárias para que as suas funções sejam delegadas a outro oficial, nos têrmos do § 2° do art. 7º.

QUESTÃO 35 – De acordo com o Código de Processo Penal Militar, o inquérito policial militar deverá terminar dentro de _____ dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de _____ dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A) 10 – 20
B) 15 – 30
C) 20 – 40
D) 30 – 60
E) 40 – 60

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'C'. A resposta correta encontra respaldo no artigo 20 do CPPM.

Prazos para terminação do inquérito
Art 20. O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver sôlto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

QUESTÃO 36 – A decretação da prisão preventiva exige prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. Além desses requisitos, é também indispensável a demonstração de que a prisão é necessária nos seguintes casos, EXCETO:

A) Manutenção da paz social e controle do clamor popular.
B) Garantia da ordem pública.
C) Conveniência da instrução criminal.
D) Segurança da aplicação da lei penal militar.
E) Manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'. O gabarito deve ser mantido. A questão pedia que o candidato assinalasse a alternativa incorreta. Dentre as alternativas apresentadas, a única incorreta é a letra 'A', a qual apresenta hipótese não prevista em lei para decretação da prisão, conforme art. 254 e 255 do CPPM.

Competência e requisitos para a decretação

Art 254. A prisão preventiva pode ser decretada pelo auditor ou pelo Conselho de Justiça, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade encarregada do inquérito policial-militar, em qualquer fase dêste ou do processo, concorrendo os requisitos seguintes:

a) prova do fato delituoso;

b) indícios suficientes de autoria.

No Superior Tribunal Militar

Parágrafo único. Durante a instrução de processo originário do Superior Tribunal Militar, a decretação compete ao relator.

Casos de decretação

Art. 255. A prisão preventiva, além dos requisitos do artigo anterior, deverá fundar-se em um dos seguintes casos:

a) garantia da ordem pública;

b) conveniência da instrução criminal;

c) periculosidade do indiciado ou acusado;

d) segurança da aplicação da lei penal militar;

e) exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

QUESTÃO 37 – Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar, analise a sentença abaixo:

A prisão preventiva executar-se-á por mandado, do qual é obrigatório constar, dentre outros requisitos, a designação da pessoa sujeita à prisão e o motivo da custódia **(1ª parte)**. Uma das vias do mandado ficará em poder do preso, que assinará a outra; e, se não quiser ou não puder fazê-lo, certificá-lo-á o executor do mandado, na própria via deste **(2ª parte)**. A recaptura de indiciado ou acusado evadido independe de prévia ordem da autoridade, podendo ser feita por qualquer pessoa **(3ª parte)**.

Quais partes estão corretas?

A) Apenas a 1ª parte.
B) Apenas a 3ª parte.
C) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
D) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
E) Todas as partes.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'E'. O gabarito deve ser mantido.

A 1ª parte da sentença está correta, com base no disposto no artigo 225 do CPPM. A utilização da palavra "custódia" como sinônimo da palavra "prisão" em nada compromete o sentido da assertiva, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

Expedição de mandado

Art. 225. A autoridade judiciária ou o encarregado do inquérito que ordenar a prisão fará expedir em duas vias o respectivo mandado, com os seguintes requisitos:

Requisitos

a) será lavrado pelo escrivão do processo ou do inquérito, ou *ad hoc* , e assinado pela autoridade que ordenar a expedição;

b) designará a pessoa sujeita a prisão com a respectiva identificação e moradia, se possível;

c) mencionará o motivo da prisão;

d) designará o executor da prisão.

A 2ª parte da sentença também está correta, pois reflete a literalidade do texto legal do parágrafo único do artigo 225 do CPPM.

Assinatura do mandado

Parágrafo único. Uma das vias ficará em poder do preso, que assinará a outra; e, se não quiser ou não puder fazê-lo, certificá-lo-á o executor do mandado, na própria via deste.

Por fim, a 3ª parte da sentença está correta, conforme expressamente disposto no parágrafo único do artigo 230 do CPPM.

Art. 230. A captura se fará:

Caso de flagrante

a) em caso de flagrante, pela simples voz de prisão;

Caso de mandado

b) em caso de mandado, pela entrega ao capturando de uma das vias e conseqüente voz de prisão dada pelo executor, que se identificará.

Recaptura

Parágrafo único. A recaptura de indiciado ou acusado evadido independe de prévia ordem da autoridade, e poderá ser feita por qualquer pessoa.

QUESTÃO 38 – Analise as assertivas abaixo sobre o inquérito policial militar:

I. Compete ao encarregado do inquérito ouvir as testemunhas, o indiciado e o ofendido, se for o caso.
II. Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, nem atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
III. O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas III.
C) Apenas I e II.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'E'. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda conteúdo expressamente previsto em edital, bem como apresenta clareza em sua redação, contendo os elementos necessários à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

A assertiva I está correta, consoante disposto no artigo 13 do CPPM. A utilização da expressão "se for o caso" ao final da frase em nada compromete o sentido da assertiva, tampouco contraria o texto legal. A expressão utilizada confere à sentença a ideia de que, em havendo ofendido identificado, este deverá ser ouvido pelo encarregado do IPM. Em outras palavras, caberá ao encarregado ouvir também o ofendido, caso este exista, lembrando que nem todos os delitos apresentam vitima determinada.

A assertiva II está correta, e reflete a literalidade do parágrafo único do artigo 13 do CPPM.

A assertiva III está correta e traduz a exata redação do artigo 16 do CPPM.

A assertiva I está correta, consoante disposto no artigo 13 do CPPM. A utilização da expressão *"se for o caso"* ao final da frase em nada compromete o sentido da assertiva, tampouco contraria o texto legal. A expressão utilizada confere à sentença a ideia de que, em havendo ofendido identificado, este **deverá** ser ouvido pelo encarregado do IPM. Em outras palavras, caberá ao encarregado ouvir o ofendido, caso este exista, uma vez que nem todos os delitos apresentam vitima determinada. Assim, conforme disposto na lei, **deverá** o encarregado do IPM, ouvir o indiciado, as testemunhas e a vítima, no caso de o delito em apuração apontar vítima determinada.

Art. 13. O encarregado do inquérito deverá, para a formação dêste:

Atribuição do seu encarregado

a) tomar as medidas previstas no art. 12, se ainda não o tiverem sido;
b) ouvir o ofendido;
c) ouvir o indiciado;
d) ouvir testemunhas;
e) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas, e acareações;
f) determinar, se fôr o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outros exames e perícias;
g) determinar a avaliação e identificação da coisa subtraída, desviada, destruída ou danificada, ou da qual houve indébita apropriação;
h) proceder a buscas e apreensões, nos têrmos dos arts. 172 a 184 e 185 a 189;
i) tomar as medidas necessárias destinadas à proteção de testemunhas, peritos ou do ofendido, quando coactos ou ameaçados de coação que lhes tolha a liberdade de depor, ou a independência para a realização de perícias ou exames.

A assertiva II está correta, e reflete a literalidade do texto legal parágrafo único do artigo 13 do CPPM.

Reconstituição dos fatos
Parágrafo único. Para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública, nem atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.

A assertiva III está correta e traduz a exata redação do artigo 16 do CPPM.

Art. 16. O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dêle tome conhecimento o advogado do indiciado.

QUESTÃO 39 – O inquérito policial militar poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público:

I. Quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.
II. Nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado.
III. Por determinação do comandante da pessoa investigada.

Quais estão INCORRETAS?

A) Apenas I.
B) Apenas III.
C) Apenas I e II.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'B'. O gabarito deve ser mantido. A questão contém todas as informações necessárias à sua resolução, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

As assertivas I e II estão corretas, com base no disposto no art. 28 do CPPM, o qual prevê as situações em que o IPM poderá ser dispensado, não estando abarcada dentre essas situações a afirmação contida na assertiva III, motivo pelo qual a aludida sentença torna-se incorreta.

Dispensa de Inquérito
Art. 28. O inquérito poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público:
a) quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais;
b) nos crimes contra a honra, quando decorrerem de escrito ou publicação, cujo autor esteja identificado;
c) nos crimes previstos nos arts. 341 e 349 do Código Penal Militar.

QUESTÃO 40 – Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) O inquérito policial militar será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso.
( ) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial militar.
( ) O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – V.
B) V – V – V.
C) F – F – F.
D) F – V – F.
E) V – V – F.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'B'. O gabarito deve ser mantido. A questão aborda conteúdo expressamente previsto no edital, bem como apresenta todas as informações e elementos necessários à sua regulação, cabendo ao candidato a correta interpretação da prova.

A primeira assertiva é verdadeira, vide artigo 22 do CPPM.

Relatório

Art. 22. O inquérito será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso. Em conclusão, dirá se há infração disciplinar a punir ou indício de crime, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sôbre a conveniência da prisão preventiva do indiciado, nos têrmos legais.

A segunda assertiva é verdadeira, vide artigo 24 do CPPM.

Arquivamento de inquérito. Proibição

Art. 24. A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.

A terceira assertiva é verdadeira, vide artigo 25 do CPPM.

Instauração de nôvo inquérito

Art 25. O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

MATÉRIA: DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 41 – Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011 (conhecida como Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa INCORRETA.

A) O direito de acesso à informação compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
B) Considera-se informação pessoal aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
C) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
D) É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
E) Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'A'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos.
A alternativa 'A' está incorreta, porquanto o direito ao acesso à informação não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, tal qual previsto pelo art. 7º, §1º, da Lei de Acesso à Informação. Destaca-se que é a supressão do advérbio "não" que torna a alternativa incorreta.
A alternativa 'B' está correta, pois o art. 4º, IV, da Lei de Acesso à Informação define informação pessoal como aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, tal qual constou no texto da assertiva.
A alternativa 'C' correta está correta, já que o art. 10, §1º da LAI, determina que para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, como constou na assertiva.
A alternativa 'D' está correta, pois o art. 14 da LAI, prevê que é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia, conforme constou no texto da assertiva.
A alternativa 'E' está correta, pois, nos termos do art. 7º, §5º, da Lei de Acesso à Informação, informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação. Note-se que a faculdade de requerer a instauração da sindicância, prevista expressamente na Lei, não significa a abertura desta de forma automática, não sendo dado ao(à) candidato(a) inferir tal informação.
Devido a esses fundamentos, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO 42 – Áurea, servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul, causou dano a Aurélio, servidor público do Município de ABC que não estava a serviço do referido Município, no exercício de suas funções, tampouco utilizando qualquer bem municipal. Considerando a situação narrada, buscando responsabilidade civil, Aurélio deverá ajuizar eventual ação contra

A) o Estado.
B) Áurea e o Município.
C) Áurea.
D) o Estado e o Município.
E) o Município.

QUESTÃO: 42 - ANULADA. Os recursos interpostos devem ser providos. No mais, nota-se que o enunciado da questão deixa claro que Áurea, servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul, causou dano a Aurélio, servidor público do município ABC, sendo que Aurélio não estava a serviço do referido município, tampouco no exercício de suas funções ou utilizando algum bem municipal. Todavia, de fato, o texto do enunciado da questão abre margem para considerar tanto que Áurea realizou a conduta no exercício das funções ou na utilização de patrimônio público, ante a ausência de qualquer expressão que limitasse a conduta de Áurea no caso concreto, como também inferir que a conduta não foi realizada no exercício das funções ou na utilização de patrimônio público. Assim, ante a dubiedade do enunciado, o que gerou dificuldades na correta interpretação da situação descrita, anula-se a questão.

QUESTÃO 43 – De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (conhecida como Lei de Acesso à Informação), analise as assertivas abaixo:

I. Subordinam-se ao regime da referida Lei as Cortes de Contas.
II. Os órgãos do Poder Judiciário não têm o dever de informar ao Conselho Nacional de Justiça as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.
III. Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
IV. Para efeitos da Lei de Acesso à Informação, considera-se primariedade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e II.
B) Apenas I e III.
C) Apenas II e IV.
D) Apenas I, III e IV.
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'D'. Os recursos interpostos não devem ser providos.
A assertiva I está correta porque o art. 1º, parágrafo único, I, LAI, prevê, de forma explícita, que as Cortes de Contas se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação.
A assertiva II está incorreta porquanto os órgãos do Poder Judiciário têm o dever de informar ao Conselho Nacional de Justiça as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público, nos termos do art. 19, §2º, da LAI.
A assertiva III está correta, já o art. 10, §2º, LAI, estabelece que os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet, tal qual constou no texto da assertiva.
A assertiva IV está correta, pois, nos termos do art. 4º, IX, da LAI, primariedade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
Assim, sendo verdadeiras as assertivas I, III e IV, mantém-se o gabarito, letra 'D', que indica tais assertivas como verdadeiras.

QUESTÃO 44 – Considerando as disposições constitucionais sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos.
B) É garantido ao servidor público militar o direito à livre associação sindical.
C) A investidura em cargo ou emprego público independe de aprovação prévia em concurso público de provas.
D) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
E) O prazo de validade do concurso público será de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

QUESTÃO: 44 - MANTIDA alternativa 'D'. s recursos interpostos não devem ser providos.
A alternativa 'A' está incorreta, pois segundo o art. 37, §4º, da Constituição, "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos" e não a perda, tal qual constou no texto da alternativa.
A alternativa 'B' está incorreta, pois o art. 37, VI, da Constituição, assegura apenas ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
A alternativa 'C' está incorreta, pois a Constituição estabelece, como regra geral, a necessidade de aprovação prévia em concurso público para que a pessoa seja investida em cargo ou emprego público de provas ou de provas e título, não sendo dado ao candidato inferir dados ou exceções não descritas no enunciado o no texto da alternativa.
A alternativa 'D' está correta, pois, segundo o art. 39, §9º, da Constituição, é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

A alternativa ‘E’ está incorreta, porque o art. 37, III, da Constituição, prevê que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, e não de um ano, como consta na alternativa.
Por tais fundamentos, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO 45 – Luana, cidadã brasileira, indignada com um ato que entende lesivo ao patrimônio histórico do município de São Tiago, deseja ajuizar uma ação com fundamento constitucional para controlar tal ato. Qual instrumento de controle da Administração Pública ela pode utilizar?

A) Ação civil pública.
B) Mandado de segurança.
C) *Habeas corpus.*
D) Ação de improbidade administrativa.
E) Ação popular.

QUESTÃO: 45 - MANTIDA alternativa 'E'. Os recursos interpostos não devem ser providos.
A alternativa ‘B’ está incorreta, já que o art. 5º, LXIX, da Constituição estabelece o cabimento do mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, não se amoldando à situação descrita no enunciado em que Luana, cidadã brasileira, está indignada com um ato que entende lesivo ao patrimônio histórico do município de São Tiago, e deseja ajuizar uma ação com fundamento constitucional para controlar tal ato.
A alternativa ‘C’ está incorreta, pois não há, na situação descrita pelo enunciado da questão, violência ou coação em sua liberdade de locomoção ou ameaça de violência ou coação na referida liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, tal qual exige o art. 5º, LXVII, para o cabimento do *habeas corpus*. Repisa-se que a situação em tela versa sobre Luana, cidadã brasileira, que está indignada com um ato que entende lesivo ao patrimônio histórico do município de São Tiago, e deseja ajuizar uma ação com fundamento constitucional para controlar tal ato.
A alternativa ‘D’ está incorreta, porque não há, na situação do enunciado, ato de improbidade administrativa que enseje o ajuizamento de ação de improbidade administrativa.
A alternativa ‘E’ está correta, pois o art. 5º, LXXIII, da Constituição, assegura a qualquer cidadão legitimidade para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
Note-se que a cobrança de eventual legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública extrapola os limites de cobrança do edital, sendo desnecessário tal conhecimento para responder à questão diante dos expressos dados conferidos pelo enunciado, de sorte que, por este fundamento, a alternativa ‘A’ está incorreta.

QUESTÃO 46 – Pedro, servidor público militar, cometeu falta enquadrada nas situações previstas pela legislação de regência que lhe é aplicável. A Administração Pública, após o devido processo administrativo, pretende aplicar a sanção cabível nos termos da legislação aplicável. Considerando a situação acima descrita, assinale a alternativa que melhor descreve a espécie de poder administrativo que incidirá em razão da aplicação da sanção.

A) Poder de polícia.
B) Poder hierárquico.
C) Poder disciplinar.
D) Poder discricionário.
E) Poder regulamentar.

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'C'. O enunciado descreve situação em que Pedro, servidor público militar, cometeu falta enquadrada nas situações previstas pela legislação de regência que lhe é aplicável, sendo que a Administração Pública, após o devido processo administrativo, pretende aplicar a sanção cabível nos termos da legislação aplicável. Considerando a situação descrita, pede-se para que o(a) candidato indique a espécie de poder administrativo que incidirá em razão da aplicação da sanção.
A alternativa ‘A’ está incorreta, porquanto o poder de polícia é legalmente definido como a atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em prol do interesse coletivo (art. 78, CTN), o que não se amolda à situação descrita na qual o servidor público comete falta e a Administração Pública pretende aplicar a sanção cabível.
A alternativa ‘B’ está incorreta, pois o poder hierárquico é definido pela doutrina como o poder decorrente da

distribuição interna da Administração Pública, entre os seus órgãos e agentes, das funções e competências estatais, o que não se amolda à situação descrita na qual o servidor público comete falta e a Administração Pública pretende aplicar a sanção cabível.
A alternativa 'C' está correta pois o poder disciplinar é definido como o dever-poder da Administração Pública de apurar e corrigir as irregularidade cometidas no âmbito do serviço público, tal qual descrito na situação do enunciado, em que Pedro comete falta disciplinar e a Administração pretende sancioná-lo por tal conduta.
A alternativa 'D' está incorreta está incorreta, porque o poder discricionário é definido por Hely Lopes Meirelles como o que "o direito concede à Administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo", não se amoldando à situação do enunciado, em que a Administração tem o poder-dever de sancionar Pedro.
A alternativa 'E' está incorreta, porque o poder regulamentar é o poder conferido a determinados agentes para expedir normas regulamentares destinadas apenas a explicitar o sentido, facilitando o cumprimento da Lei, em nada se enquadrando na situação descrita pelo enunciado, que envolve o cometimento de falta disciplinar e a aplicação da sanção cabível na hipótese.

QUESTÃO 47 – Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 sobre atos administrativos, assinale a alternativa correta.

A) Pode ser objeto de delegação de competência a edição de atos de caráter normativo.
B) Em razão de circunstâncias de índole social, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares.
C) Podem ser objeto de delegação de competência as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
D) O ato de delegação de competência é irrevogável.
E) É vedada a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'B'. Os recursos interpostos não devem ser providos.
A alternativa 'A' está incorreta, pois não pode ser objeto de delegação de competência a edição de atos de caráter normativo, conforme o art. 13, I, da Lei de Processo Administrativo Federal.
A alternativa 'B' está correta, já que, segundo o art. 12, *caput*, da Lei de Processo Administrativo Federal, em razão de circunstâncias de índole social, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares. Note-se que a exclusão de outras possibilidades trazidas pelo dispositivo acima referido não torna a alternativa incorreta.
A alternativa 'C' está incorreta, pois não podem ser objeto de delegação de competência as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade, nos termos do art. 13, III, da Lei de Processo Administrativo Federal.
A alternativa 'D' está incorreta, pois segundo o art. 14 da Lei de Processo Administrativo Federal o ato de delegação de competência é revogável.
A alternativa 'E' está incorreta, porque é permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, nos termos do art. 15 da Lei de Processo Administrativo Federal.
Note-se que a cobrança da temática dos atos administrativos está expressa em edital, sendo desnecessária qualquer menção à legislação específica a este respeito. Trata-se do principal diploma normativo sobre a matéria, com disposições aplicáveis aos demais entes federativos, além de trazer regras gerais e conceitos sobre a matéria. Não bastasse isso, as demais alternativas estão evidentemente incorretas e em desconformidade com o texto legal, conforme anteriormente exposto, o que mais ainda reforça a higidez do gabarito indicado pela banca como correto, que, como visto, insere-se dentro dos limites expressos do edital

QUESTÃO 48 – Maria, que não é agente pública, induziu dolosamente Lauro, servidor público da União, a praticar ato de improbidade administrativa. Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

A) Se Lauro exercesse sem remuneração função pública no Poder Executivo da União, não responderia por eventuais condutas dolosas descritas na referida Lei.
B) Serão aplicáveis a Maria, no que couber, as disposições da referida Lei.
C) Em sua redação atualmente vigente, a Lei comporta a responsabilização pela prática de atos culposos violadores da probidade administrativa.
D) Não constitui ato de improbidade administrativa aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingida ou amparada por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
E) Ainda que em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público não pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'B'. Os recursos interpostos não devem ser providos.
A alternativa ‘A’ está incorreta, pois ainda que Lauro exercesse sem remuneração função pública no Poder Executivo da União, ele responderia por eventuais condutas dolosas descritas na Lei de Improbidade Administrativa, nos termos do art. 1º, §5º e 2º, caput.
A alternativa ‘B’ está correta, pois são aplicáveis a Maria, que não é agente pública, as disposições da Lei de Improbidade Administrativa no que couber, tal qual prevê o art. 3º, caput.
A alternativa ‘C’ está incorreta, pois a Lei de Improbidade Administrativa, na redação atualmente vigente, somente comporta responsabilização pela prática de atos dolosos violadores da probidade administrativa, conforme o art. 1º, §1º.
A alternativa ‘D’ está incorreta, pois constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade, nos termos do art. 9º, VIII, da Lei de Improbidade Administrativa.
A alternativa ‘E’ está incorreta, porquanto a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, nos termos do art. 12, §4º, da Lei de Improbidade Administrativa. Assim, mantido o gabarito preliminar.

MATÉRIA: LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

CARGO(S): ALUNO-SARGENTO CTSP (2° SARGENTO BM)

QUESTÃO 49 – Ildo, servidor da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, está se sentindo prejudicado por um ato administrativo praticado por superior hierárquico. Considerando o disposto no Estatuto dos Militares Estaduais, assinale a alternativa correta.

A) Tratando-se de ato que decorra da composição de Quadro de Acesso, Ildo terá o prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da comunicação oficial, para recorrer.
B) É possível que Ildo formule coletivamente pedido de reconsideração em relação ao ato administrativo descrito.
C) A decisão sobre qualquer recurso que venha a ser interposto por Ildo será feita no prazo máximo de 60 dias, independentemente da matéria que verse o recurso.
D) Ildo terá o prazo de 60 dias corridos para interpor recurso, salvo se a matéria impugnada tratar-se de ato que decorra da composição de Quadro de Acesso.
E) Não será assegurado a Ildo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'D'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos. A alternativa ‘A’ está incorreta, pois, segundo o art. 47, §1º, a), tratando-se de ato que decorra da composição de Quadro de Acesso, Ildo terá o prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da comunicação oficial, para recorrer, e não de 5 dias úteis, conforme constou na questão.
A alternativa ‘B’ está incorreta, pois não é possível a formulação coletiva de pedido de reconsideração em relação ao ato administrativo descrito no enunciado, conforme se extrai do art. 47, §2º, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

De outro lado, o art. 47, §3º, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul prevê que a decisão sobre qualquer recurso será dada no prazo máximo de 60 dias, exceto em matéria disciplinar, cujo prazo será de 8 dias. Note-se que o texto da alternativa ‘C’ traz "decisão sobre qualquer recurso", o que é incorreto ante a exceção tratada pelo texto legal, razão pela qual a alternativa está incorreta.
De outro lado, o art. 47, §1º, b), do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul estatui o prazo de 60 dias para recorrer na esfera administrativa, exceto em relação a ato que decorra da composição de Quadro de Acesso. A este respeito, destaca-se que não há qualquer dado na situação problema a indicar que o ato praticado pelo superior hierárquico decorra da composição de Quadro de Acesso, não sendo dado ao(à) candidato(a) inferir tal informação, de sorte que a alternativa ‘D’ está correta.
Por fim, a alternativa ‘E’ está incorreta, já que é assegurado ao servidor público militar da Brigada Militar assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa no âmbito do processo administrativo disciplinar, conforme se vê do art. 47, §4º, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

QUESTÃO 50 – Abigail é servidora militar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e deseja tirar férias. Considerando o disposto no Estatuto dos Militares Estaduais, assinale a alternativa correta.

A) É permitido descontar das férias de Abigail eventuais faltas ao serviço.
B) Desde que haja requerimento de Abigail e concordância do respectivo comando, é possível que ela goze as férias em até três períodos.
C) Mesmo em caso de manutenção da ordem, não será possível interromper as férias que Abigail estiver gozando.
D) Abigail poderá acumular até, no máximo, três períodos anuais de férias, desde que fundado em absoluta necessidade de serviço.
E) Entre as situações que prejudicam a concessão das férias desejadas por Abigail, estão tanto a punição anterior por transgressão disciplinar quanto o reconhecimento do estado de guerra.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'B'. A alternativa ‘A’ está incorreta, porquanto é vedado descontar das férias do servidor público militar pertencente à Brigada Militar do Rio Grande do Sul as faltas ao serviço, nos termos do art. 59, §4º do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, na redação vigente à época de publicação do edital, de sorte que não se pode afirmar que é permitido o referido desconto.
A alternativa ‘B’ está correta, pois o art. 59, §5º do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, na redação vigente à época de publicação do edital, permite o gozo das férias do servidor público militar pertencente à Brigada Militar do Rio Grande do Sul em até três períodos distintos, desde que haja requerimento do servidor e concordância do respectivo comando.
A alternativa ‘C’ está incorreta, pois, no caso de necessidade de manutenção da ordem, será possível interromper as férias gozadas por servidor público militar pertencente à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, conforme o art. 62 do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, na redação vigente à época de publicação do edital, de sorte que é incorreto afirmar que, em tal situação, não será possível interromper o gozo das férias.
A alternativa ‘D’ está incorreta, pois o art. 61 do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, na redação vigente à época de publicação do edital, somente permite a acumulação de 2 períodos anuais de férias, desde que fundado em absoluta necessidade de serviço, e não três, conforme constou na questão.
A alternativa ‘E' está incorreta, pois o reconhecimento de estado de guerra não prejudica a concessão das férias desejadas por servidor público militar pertencente à Brigada Militar do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 59, §6º, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, na redação vigente à época de publicação do edital, estando incorreta a afirmação de que tal reconhecimento prejudicada a concessão de férias.

QUESTÃO 51 – Conforme a Lei nº 10.990/1997, o servidor militar encontra-se na ativa quando:

I. Aluno de órgãos de formação de servidor militar da ativa.
II. Servidor militar de carreira.
III. Componente da reserva remunerada, quando convocada.
IV. Na reserva não remunerada.
V. Servidor militar temporário.

Quais estão corretas?

A) Apenas I e III.
B) Apenas II e IV.
C) Apenas II, III e IV.
D) Apenas I, II, III e V.
E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO: 51 - MANTIDA alternativa 'D'.
A assertiva I está correta, pois, nos termos do art. 3º, §1º, I, d), da Lei nº 10.990/1997, o servidor militar encontra-se na ativa quando for aluno de órgãos de formação de servidor militar da ativa.
A assertiva II está correta, pois, nos termos do art. 3º, §1º, I, a), da Lei nº 10.990/1997, o servidor militar encontra-se na ativa quando for servidor militar de carreira.
A assertiva III está correta, pois, nos termos do art. 3º, §1º, I, c), da Lei nº 10.990/1997, o servidor militar encontra-se na ativa quando se tratar de componente da reserva remunerada convocado.
A assertiva IV está incorreta, pois, nos termos do art. 3º, §1º, II, c), da Lei nº 10.990/1997, pois o servidor militar que se encontra na reserva não remunerada encontra-se na inatividade e não na ativa.
A assertiva V está correta, pois, nos termos do art. 3º, §1º, I, b), da Lei nº 10.990/1997, o servidor militar encontra-se na ativa quando se tratar de servidor militar temporário.
Estando apenas as assertivas I, II, III e V corretas, o gabarito, indicado na alternativa 'D', está correto.

QUESTÃO 52 – Considerando as disposições do Estatuto dos Militares Estaduais, assinale a alternativa correta.

A) A situação do desaparecido só será considerada quando houver indício de deserção.
B) É permitido ao servidor militar o uso de uniforme em reuniões, propaganda ou qualquer outra manifestação de caráter político-partidário.
C) A interrupção da licença-capacitação e da licença para tratar de interesses particulares não poderá ocorrer em caso de decretação de estado de sítio.
D) A transferência para a reserva remunerada isenta o servidor militar de indenização dos prejuízos causados à Fazenda Estadual ou a terceiros.
E) Pelo nascimento ou pela adoção de filho, o servidor militar terá direito à licença-paternidade de 30 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, inclusive em casos de natimorto.

QUESTÃO: 52 - MANTIDA alternativa 'E'.
A alternativa 'A' está incorreta, pois a situação do desaparecido só será considerada quando não houver indício de deserção, conforme o art. 99, §1º do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, e não quando houver indício de deserção, como constou na assertiva.
A alternativa 'B' está incorreta, pois é proibido ao servidor militar o uso de uniforme em reuniões, propaganda ou qualquer outra manifestação de caráter político-partidário do Estatuto dos.Servidores Militares da Brigada Militar, conforme o art. 89, §1º, I, e não permitido, como constou na alternativa.
A alternativa 'C' está incorreta porque a interrupção da licença capacitação e da licença para tratar de interesses particulares poderá sim ocorrer em caso de decretação de estado de sítio, conforme o art. 82, §1º, II, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar.
A alternativa 'D' está incorreta, já que a transferência para a reserva remunerada não isenta o servidor militar de indenização dos prejuízos causados à Fazenda Estadual ou a terceiros, nos termos do art. 101 do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar.
A alternativa 'E' está correta, pois segundo o art. 81, caput, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, pelo nascimento ou pela adoção de filho, o servidor militar terá direito à licença-paternidadei de 30 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, inclusive em casos de natimorto.

QUESTÃO 53 – Considerando as disposições da Lei nº 10.991/1997, são competências da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, EXCETO:

A) Exercer atividades de investigação criminal militar.
B) Executar, com exclusividade, ressalvada a competência das Forças Armadas, a polícia ostensiva, planejada pela autoridade policial-militar competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.
C) Atuar na fiscalização e controle dos serviços de vigilância particular no Estado.
D) Atuar preventivamente, como força de dissuasão, em quaisquer locais ou áreas, independentemente de ser possível presumir a perturbação da ordem pública.
E) Atuar repressivamente, em caso de perturbação da ordem pública e no gerenciamento técnico de situações de alto risco.

QUESTÃO: 53 - MANTIDA alternativa 'D'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos. Note-se que a questão cobra apenas o conhecimento das disposições da Lei nº 10.991/1997, de sorte que para encontrar a alternativa incorreta, tal qual exigido pelo enunciado, bastava o conhecimento de qual hipótese não estava prevista na referida lei. De outro lado, o erro material contido no art. 3º, V, da referida lei não torna a alternativa d) incorreta, porquanto evidente que trata-se de erro material, que não traz qualquer dificuldade à compreensão do comando legal. Assim, a alternativa c), que trata do referido artigo, está correta.
Ainda, a alternativa a) está correta, pois fundada no disposto pelo art. 3º, IV, da Lei nº 10.991/1997. Note-se que não era dado ao(à) candidato(a) inferir qualquer informação não disposta no enunciado ou no texto da alternativa, de sorte que a competência prevista pelo referido artigo, por mero corolário, se refere às investigações criminais militares abrangidas pela própria Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo apenas a alternativa d) incorreta, mantido o gabarito preliminar.

QUESTÃO 54 – Conforme a Lei Estadual nº 10.991/1997, compete aos Comandos Regionais e aos OPMs, que são os órgãos de Execução da Brigada Militar, as atividades administrativo-operacionais indispensáveis ao cumprimento das finalidades da instituição. Dessa forma, assinale a alternativa que indica apenas OPMs estabelecidos pela referida Lei.

A) OPMs de polícia ostensiva, de bombeiros e de educação.
B) OPMs de bombeiros, de cultura e de logística.
C) OPMs de ensino, de logística e de assuntos hospitalares.
D) OPMs de polícia ostensiva, de bombeiros e de assuntos hospitalares.
E) OPMs de logística, de saúde e especiais.

QUESTÃO: 54 - MANTIDA alternativa 'E'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos.
Nota-se que a revogação da Lei nº 10.991/1997 pela Lei Complementar nº 16.450, publicada em 24 de dezembro de 2025 é posterior à publicação do edital, de sorte que não poderia ser objeto de cobrança, conforme o item 2.1 do edital do concurso público.
A alternativa “A” está incorreta e não pode ser assinalada, pois, entre as OPM mencionadas na lei, presentes no art. 4º, §4º, não há OPM de educação.
A alternativa “B” está incorreta e não pode ser assinalada, pois, entre as OPM mencionadas na lei, não há OPM de cultura.
A alternativa “C” está incorreta e não pode ser assinalada, pois, entre as OPM mencionadas na lei, não há OPM de “Assuntos Hospitalares”, mesmo motivo pelo qual a alternativa ‘D’ está incorreta.
A alternativa “E” está correta e deve ser assinalada, pois, as OPM de logística, saúde e especiais estão expressamente previstas na lei (art. 4º, §24º, incisos IV, V e VI).

QUESTÃO 55 – São competências da Corregedoria-Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, EXCETO:

A) Presidir a Comissão de Avaliação e Mérito.
B) Fiscalizar as atividades dos órgãos e servidores da Brigada Militar, realizando inspeções e correições e sugerindo as medidas necessárias ou recomendáveis para a racionalização e eficiência dos serviços.
C) Elaborar o regulamento do estágio probatório dos servidores militares.
D) Requisitar, de qualquer autoridade, certidões, diligências, exames, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de sua função.
E) Exercer a apuração de responsabilidade criminal, administrativa ou disciplinar.

QUESTÃO: 55 - MANTIDA alternativa 'A'. Nota-se que a revogação da Lei nº 10.991/1997 pela Lei Complementar nº 16.450, publicada em 24 de dezembro de 2025 é posterior à publicação do edital, de sorte que não poderia ser objeto de cobrança, conforme o item 2.1 do edital do concurso público.

A alternativa 'A' está incorreta, pois a competência para presidir a Comissão de Avaliação e Mérito é do Comandante-Geral segundo o art. 8º, II, da Lei Complementar nº 10.991/1997, e não da Corregedoria-Geral da Brigada Militar.
A alternativa 'B' está correta, pois é competência da Corregedoria-Geral da Brigada Militar fiscalizar as atividades dos órgãos e servidores da Brigada Militar, realizando inspeções e correições e sugerindo as medidas necessárias ou recomendáveis para a racionalização e eficiência dos Serviços, segundo o art. 14, III, da Lei Complementar nº 10.991/1997.
A alternativa 'C' está correta, pois é competência da Corregedoria-Geral da Brigada Militar elaborar o regulamento do estágio probatório dos servidores militares, conforme o art. 14, VI, da Lei Complementar nº 10.991/1997.
A alternativa 'D' está correta, já que é competência da Corregedoria-Geral da Brigada Militar requisitar, de qualquer autoridade, certidões, diligências, exames, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de sua função, conforme o art. 13, V, da Lei Complementar nº 10.991/1997.
A alternativa 'E' está correta, pois é competência da Corregedoria-Geral da Brigada Militar exercer a apuração de responsabilidade criminal, administrativa ou disciplina, conforme o art. 14, II, da Lei Complementar nº 10.991/1997.

QUESTÃO 56 – De acordo com o Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, é manifestação essencial da disciplina e da hierarquia policial-militar:

A) A incorreção de atitudes.
B) A pronta obediência às ordens dos superiores hierárquicos, observado que, quando a ordem contrariar preceito legal, poderá o executor solicitar a sua confirmação por escrito, cumprindo a autoridade que a emitiu atender à solicitação.
C) A restrita dedicação ao serviço.
D) O respeito à hierarquia entre os servidores militares somente para os ativos.
E) A branda observância das prescrições legais e regulamentares.

QUESTÃO: 56 - MANTIDA alternativa 'B'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos. Preliminarmente, esclarece-se que as referências normativas dizem respeito ao Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.
A alternativa "A" não pode ser indicada como correta, pois constitui manifestação essencial da disciplina e da hierarquia policial-militar a correção de atitudes, e não a incorreção (art. 4º, inciso I).
A alternativa "B" está correta, pois informa a literalidade do disposto no art. 4, inciso II, em cotejo com o disposto no §2º do art. 2º, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que versa sobre ordens acerca das quais o executor entenda que contraria algum preceito legal.
A alternativa "C" está incorreta, pois constitui manifestação essencial da disciplina e da hierarquia policial-militar a integral (e não restrita) dedicação ao serviço (art. 4º, inciso III).
A alternativa "D" está incorreta, pois constitui manifestação essencial da disciplina e da hierarquia policial-militar o respeito à hierarquia entre os servidores militares, tanto ativos como inativos (art. 4º, inciso VI).

A alternativa “E” está incorreta, pois constitui manifestação essencial da disciplina e da hierarquia policial-militar a rigorosa observância das prescrições legais e regulamentares, e não branda (art. 4º, inciso VII).

QUESTÃO 57 – Para fins disciplinares e para outros efeitos, como é considerado o comportamento policial-militar do Praça quando no período de 12 meses ele sofreu no máximo uma punição de detenção com prejuízo do serviço ou o equivalente?

A) Ótimo.
B) Excepcional.
C) Insuficiente.
D) Bom.
E) Péssimo.

QUESTÃO: 57 - MANTIDA alternativa 'C'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos.
Nos termos do art. 46, I a V, do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, a conduta descrita no enunciado da questão ("comportamento policial-militar do Praça quando no período de doze meses ele tenha sofrido até no máximo uma punição de detenção com prejuízo do serviço ou o equivalente") justifica um enquadramento como comportamento insuficiente, e não como excepcional, ótimo, bom ou mau. Assim, mantido o gabarito.

QUESTÃO 58 – Considerando as disposições do Estatuto dos Militares Estaduais, são requisitos para ingresso na Brigada Militar:

I. Ser brasileiro nato.
II. Não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função policial militar.
III. Ter sido isentado do serviço militar por incapacidade física definitiva.

Quais estão INCORRETOS?

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO: 58 - MANTIDA alternativa 'C'. Os recursos interpostos não devem ser acolhidos.
A assertiva I está incorreta, já que exige-se ser brasileiro apenas, nos termos do art. 10, I, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar.
A assertiva II está correta, pois assentada no art. 10, IV, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, que prevê ser requisito para o ingresso na Brigada Militar não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função policial militar.
A assertiva III está incorreta, porquanto é requisito para o ingresso na Brigada Militar não ter sido isentado do serviço militar por incapacidade física definitiva, nos termos do art. 10, VI, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar. Assim, mantido o gabarito na alternativa ‘C’, que indica apenas as assertivas I e III como incorretas.

QUESTÃO 59 – São hipóteses de arquivamento do processo administrativo disciplinar contra o militar do Estado do Rio Grande do Sul, EXCETO:

A) Coação resistível.
B) Estar provada a inexistência do fato.
C) Não constituir o fato infração disciplinar.
D) Estado de necessidade.
E) Não existir prova suficiente para a aplicação da punição.

QUESTÃO: 59 - MANTIDA alternativa 'A'. O recurso interposto não deve ser provido. A alternativa ‘A’ está incorreta, pois a hipótese de arquivamento do PAD trazida pelo art. 32, VI, e), do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, trata da coação irresistível e não resistível, como lá disposta. No mais, as demais alternativas estão expressamente tratadas pelos incisos I, III, V e VI, alínea c), todos do art. 32 do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul como hipóteses de arquivamento do processo administrativo disciplinar contra militar do Estado do Rio Grande do Sul.

QUESTÃO 60 – Considerando as disposições do Estatuto dos Militares Estaduais, assinale a alternativa correta.

A) Na apuração de tempo de serviço policial-militar, não será feita a distinção entre tempo de serviço efetivo e anos de serviço.
B) Não se aplicam as disposições do referido Estatuto ao pessoal civil em serviço na Brigada Militar.
C) A dispensa do serviço não é considerada recompensa ao servidor militar.
D) Aplicam-se aos servidores militares, nos casos omissos na presente Lei, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.
E) É computável para efeitos do Estatuto o tempo passado como desertor.

QUESTÃO: 60 - MANTIDA alternativa 'B'. A alternativa ‘A’ está incorreta, pois na apuração de tempo de serviço policial-militar será feita a distinção entre tempo de serviço efetivo e anos de serviço, conforme o art. 140, I e II, do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar.
A alternativa ‘B’ está correta, pois o art. 158 do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar estabelece que não se aplicam as disposições do referido Estatuto ao pessoal civil em serviço na Brigada Militar.
A alternativa ‘C’ está incorreta, já que a dispensa do serviço é considerada recompensa ao servidor militar, segundo o art. 150, §1º, d), do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar.
A alternativa ‘D’ está incorreta, pois o art. 159 do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar prevê a aplicação aos servidores militares, nos casos omissivos da referida lei, do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.
A alternativa ‘E’ está incorreta porque não é computável para efeitos do Estatuto o tempo passado como desertor, conforme o art. 142, §3º, III do Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar.

*Atualizado em 16/03/2026

BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CTSP
(Processo Seletivo)
ANEXO II Gabaritos Definitivos

1 - Aluno-Sargento CTSP (2° Sargento BM)									
01 - B	02 - B	03 - D	04 - C	05 - D	06 - A	07 - E	08 - E	09 - C	10 - B
11 - E	12 - A	13 - D	14 - D	15 - B	16 - E	17 - D	18 - E	19 - B	20 - C
21 - D	22 - E	23 - A	24 - E	25 - B	26 - E	27 - B	28 - D	29 - A	30 - C
31 - E	32 - C	33 - D	34 - E	35 - C	36 - A	37 - E	38 - E	39 - B	40 - B
41 - A	42 - *	43 - D	44 - D	45 - E	46 - C	47 - B	48 - B	49 - D	50 - B
51 - D	52 - E	53 - D	54 - E	55 - A	56 - B	57 - C	58 - C	59 - A	60 - B

(*) Questão(ões) anulada(s) - a pontuação será revertida a todos os candidatos

Assinatura Eletrônica: 32525

Assinatura Eletrônica Total: 32525.